

12 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

NOVO CAPÍTULO

Justiça anula eleição do TC

Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba cancela disputa no Tribunal de Contas baseado no fato de que o conselheiro afastado Fabio Camargo obteve 27 votos no pleito de julho quando seriam necessários metade mais um dos votos dos 54 deputados estaduais, ou seja, 28. Além de suspender nomeação, foi determinada ainda a realização de um segundo turno

12 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Juiz anula resultado de eleição do TC

Para magistrado, ex-deputado estadual Fabio Camargo deveria ter enfrentado um segundo turno de votação com Plauto Miró

Mariana Franco Ramos

* Reportagem Local

Curitiba - O juiz Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, determinou a anulação da eleição de Fabio Camargo ao cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. A sentença de primeira instância atende a uma ação popular impetrada pelo vereador de Castro (Campos Gerais) Edson Benedito Teixeira Strickert (DEM), que considera insuficiente o número de votos recebido pelo então deputado estadual no pleito do dia 15 de julho. Ainda cabe recurso da decisão.

Camargo venceu a disputa contra o também parlamentar Plauto Miró (DEM) no primeiro turno por 27 votos a 22. De acordo com a redação do artigo 5ª do ato da Comissão Executiva responsável pelo processo eleitoral, porém, para que a escolha, realizada no plenário da Assembleia Legislativa (AL), fosse válida, seria necessário que um dos candidatos recebesse metade mais um dos votos dos 54 membros da Casa, ou seja, 28.

Fabio Camargo justificou que ele e Plauto Miró se abstiveram de votar em respeito aos demais concorrentes,

Camargo teria que ter obtido no mínimo 28 votos

motivo pelo qual não poderiam ter sido computados como deputados presentes, e sim exclusivamente como candidatos.

Na decisão, com data de anteontem, o juiz considerou a ação procedente, citando que os dois parlamentares poderiam ter pedido, no dia da escolha, que constasse em ata o fato de estarem presentes à sessão apenas como concorrentes. "São insuperáveis os argumentos do requerente quanto à irregularidade do ato praticado para eleição (com violação ao princípio da legalidade e à moralidade pública)", diz trecho do despacho. Ao decretar a nulidade e invalidade do decreto que nomeou o ex-parlamentar ao TC, Oliveira ordena a realização de um segundo turno.

Além de Camargo, o Estado do Paraná, como representante do TC e da AL, também é citado no processo. Os dois réus foram condenados, ainda, a pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios do procurador do autor, orçados em R\$ 2 mil.

O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), informou à FOLHA que a sua assessoria jurídica irá estudar o caso e que, até a terça-feira da semana que vem, irá se manifestar. Na semana passada, o tucano disse ser favorável à realização de um novo pleito, no entanto, afirmou que a convocação dependeria da decisão final da Justiça. Já Miró falou que, como ainda cabe recurso, prefere não se posicionar neste momento.

A reportagem também tentou contato com Fabio Camargo, entretanto, o conselheiro afastado não atendeu às ligações até o fechamento desta edição.

Outros processos

No último dia 27, a desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, já tinha afastado o ex-deputado do cargo no TC. Ela aceitou um mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe, outro candidato derrotado na disputa, que levantava supostas irregularidades na apresentação da documentação

CONTINUA

12 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

necessária à homologação da candidatura. Camargo então entrou com novo mandado no TJ para tentar anular a decisão de Regina Portes e reaver o cargo, e ainda não houve julgamento.

Paralelamente aos dois processos, corre ainda outra solicitação, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), feita pela Procuradoria Geral da República (PGR), que investiga a hipótese de ter havido tráfico de influência na eleição. Isso porque, quando Fabio Camargo foi escolhido pela AL, seu pai, Clayton Camargo, era o presidente do TJ.



Fabio Camargo foi eleito para o TC no dia 15 de julho; no mês passado, ele foi afastado do cargo pelo TJ

1 2 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Lemos aguarda publicação de decisão para assumir em Cascavel

Mariana Franco Ramos e
Rodrigo Batista

Reportagem Local

Curitiba - O deputado estadual Professor Lemos (PT) afirmou ontem que está "em compasso de espera" para assumir a Prefeitura de Cascavel no lugar do prefeito cassado, Edgar Bueno (PDT). Na última terça-feira, os seis membros da Corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná resolveram, por unanimidade, manter a decisão do dia 12 de novembro, que afastou o pedetista do cargo, devido a uma suposta fraude nas eleições de 2012. O vice-prefeito Maurício Theodoro (PSDB) também perdeu o mandato e, com isso, deve ser substituído por Walter Parciannelo (PMDB).

"Recebi (a decisão) com satisfação, porque o TRE deu vitória à verdade. A expectativa é que a gente possa fazer com que o nosso projeto para Cascavel seja implementado. É um plano para quatro anos; então vamos ter de por os pés no acelerador e fazer tudo em três", disse o parlamentar, segundo colocado no pleito. Ele explicou que aguarda a publicação do acórdão, com a consequente convocação, para renunciar ao cargo na Assembleia Legislativa (AL) e, em seguida, tomar posse.

No recurso movido por Le-



Professor Lemos: "Recebi (a decisão) com satisfação, porque o TRE deu vitória à verdade"

mos e aceito pelo TRE, consta que a chapa de Bueno fez "propaganda caluniosa" contra o petista, alegando que ele não morava mais em Cascavel, motivo pelo qual não poderia ser empossado.

Procurado pela reportagem, o prefeito cassado informou que irá recorrer da decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Respeito a Justiça, mas não respeito essa decisão injusta." O pedetista garantiu que não cometeu nenhum crime eleitoral e que "simplesmente" informou à população que o candidato derrotado era de fora da cidade. "As pessoas podiam votar nele, mas sabendo que não morava em Cascavel." Bueno acrescentou que considera o julgamento "ilegítimo", por desrespeitar a vontade da maioria da população.

Troca-troca

A possível posse de Lemos deve mexer com a composição da AL. Caso a decisão seja mantida, o deputado Gilberto Martin (PMDB), hoje suplente em exercício, assumiria a vaga de titular na Casa. Assim, o ex-prefeito de Apucarana Valter Pegorer (PMDB) entraria como representante da coligação PDT/PT/PMDB/PR/PCdoB.

Em dezembro de 2012, Pegorer foi enquadrado na Lei da Ficha Limpa, após ser condenado por improbidade administrativa em uma decisão colegiada do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. Conforme o processo, o ex-prefeito teria autorizado a transferência de recursos públicos para associações de moradores presididas por aliados políticos.

12 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



Defendendo as mulheres

Na abertura do evento que tratou dos Direitos Femininos e capacitação da rede de enfrentamento à violência contra a mulher, realizado na subsecção da OAB em Londrina, as presenças de Arthur Piancastelli, presidente da Ordem local; de Sônia Medeiros, secretária municipal de políticas para mulheres de Londrina; de Luciane Bortolletto, juíza da Vara Maria da Penha, em Curitiba; da desembargadora Denise Kruger, coordenadora do CEVID do Tribunal de Justiça do Paraná; do prefeito Alexandre Lopes Kireeff e de Cid Vasques, secretário estadual da Segurança Pública

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Auxílio para o TC

O projeto de lei 697/2013, do Tribunal de Contas (TC) do Estado, que institui auxílio-alimentação a todos os 747 funcionários na ativa – efetivos e comissionados – do órgão, foi aprovado ontem em primeira discussão na Assembleia Legislativa (AL). Conforme a proposta, o benefício terá valor mensal de R\$ 710 e será pago em relação a 22 dias úteis por mês. O impacto financeiro, orçado em R\$ 6,5 milhões anuais, seria suportado integralmente pelo TC. De acordo com o Tribunal, a medida coloca o corpo funcional da Casa em paridade com funcionários do Poder Judiciário, da AL e do Ministério Público (MP).

1 2 DEZ 2013

Vereadores sem 13º

Em decisão liminar, o corregedor geral do Tribunal de Contas (TC) do Paraná, conselheiro Ivan Bonilha, determinou ontem a suspensão do pagamento do 13º salário dos vereadores de Curitiba. Caso o pagamento já tenha sido efetuado, ficou determinado que o valor será descontado do próximo subsídio dos parlamentares. A suspensão cautelar será, agora, submetida à apreciação do Pleno do TC, em sessão marcada para hoje.

Inconstitucional

A decisão atende representação feita pelo procurador do Ministério Público de Contas, Gabriel Guy Léger. Ele considerou que a Constituição Federal conferiu o direito ao 13º salário apenas aos trabalhadores urbanos e rurais e aos servidores públicos, inexistindo previsão constitucional para o pagamento do benefício aos agentes políticos. Em sua decisão, o conselheiro Ivan Bonilha destaca que, além das razões legais, o fato “está submetido a princípios da administração pública, como legalidade e moralidade”. Logo que for comunicada da decisão, a Câmara Municipal de Curitiba tem um prazo de 15 dias para apresentar defesa.

Diárias

A Promotoria de Justiça de Pontal do Paraná (Litoral) entrou com sete ações civis públicas, por ato de improbidade administrativa, contra seis ex-vereadores e um atual parlamentar da Câmara de Vereadores da cidade. O Ministério Público (MP) questiona o pagamento irregular de diárias a vereadores. No total, o MP calcula que os valores atualizados monetariamente e com os devidos juros de mora ultrapassam R\$ 1 milhão.

12 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Freiras são indiciadas por tortura contra crianças

Rodrigo Batista

Equipe Bonde

Ponta Grossa - Duas freiras de Ponta Grossa são acusadas do crime de tortura, ocorrido até 2011, contra pelo menos quatro crianças que estavam em um abrigo da cidade dos Campos Gerais. Uma delas teria praticado agressões contra as crianças, que eram de famílias desestruturadas e estavam temporariamente na entidade. A outra teria se omitido.

As freiras seriam de uma congregação de irmãos franciscanas e receberiam recursos vindos da Itália para manter o abrigo. O delegado do 2º Distrito Policial de Ponta Grossa, Marcus Vinícius Sebastião, que conduziu as investigações desde 2011, explica que a denúncia partiu de uma advogada que entregou documentos ao Ministério Público com a denúncia de agressão contra crianças no abrigo por parte de uma das freiras.

O caso foi repassado para a Polícia Civil e em maio daquele ano o delegado instaurou o inquérito. Ex-funcionários da instituição, que não tinham coragem de denunciar o caso, escreveram cartas e mandaram documentos que apontavam indícios de tortura. "Eles demoraram para denunciar por medo de represálias", disse o delegado.

Fotos mostravam marcas de agressão em crianças de menos de 2 anos de idade. O delegado teve dificuldades para encontrar as crianças que supostamente sofreram tortura por causa das mudanças de endereços das famílias. "Um vídeo mostra uma das meninas ouvidas, que tinha 5 anos na época, que foi trancada em um banheiro de castigo e estava com le-

ção no olho", contou Sebastião.

O delegado acredita que a freira tenha tomado tal atitude para esconder a agressão até que a marca sumisse. O vídeo foi feito por uma das funcionárias. A menina ouvida, segundo o delegado, confirmou as agressões. "Ela disse que não se lembra de muitas coisas, mas ainda demonstra medo quando ouve falar da freira." Sebastião declarou que não é possível precisar quando os supostos abusos começaram.

As dificuldades de encontrar ex-funcionários e crianças que foram abrigadas na instituição fez com que o inquérito se arrastasse por mais de dois anos. Cerca de 25 pessoas foram ouvidas. A freira suspeita de praticar as agressões negou as acusações e disse, segundo o delegado, que seria vítima de um complô dos funcionários por ser rígida. "Ela deu respostas bastante evasivas. Estou convencido que houve crime de tortura", declarou.

O inquérito foi encaminhado para a 4ª Vara Criminal e ao Ministério Público. Caso a Justiça acate, elas serão denunciadas por tortura. Se a freira que é acusada de praticar as agressões for condenada, poderá pegar de dois a oito anos de prisão, com adicional de mais um sexto na pena por se tratar de um caso que envolve crianças. A outra irmã, por conta da omissão, poderá ficar presa de um a quatro anos.

As freiras permanecem em liberdade, uma vez que, segundo o delegado, não representam risco ao andamento da investigação. Quando o inquérito foi instaurado, em 2011, elas foram afastadas da instituição.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Justiça anula eleição no Tribunal de Contas

A Justiça Estadual de 1.ª instância determinou a anulação da eleição no Tribunal de Contas do Paraná que elegeu o ex-deputado Fabio Camargo como conselheiro.

Segundo a decisão, o número de votos recebidos por ele era insuficiente para uma vitória em primeiro turno e, portanto, a sua nomeação seria ilegal.

»JUDICIÁRIO

Justiça anula eleição de Fabio Camargo para o Tribunal de Contas



Fabio Camargo (esq.) e Plauto Miró: ação pede a realização de um segundo turno entre os dois, mas decisão da Justiça não deixa claro se Assembleia terá de promover uma nova votação.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 DEZ 2013

Juiz entendeu que conselheiro não obteve o número mínimo de votos para ser eleito

Chico Marés

A Justiça Estadual de 1.ª instância determinou a anulação da eleição de Fabio Camargo para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC). O juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira, da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, entendeu que o número de votos recebidos pelo então deputado era insuficiente para uma vitória em primeiro turno e, portanto, sua nomeação seria ilegal. Ainda cabe recurso da decisão, tomada na terça-feira.

No dia 15 de julho, Camargo disputou a vaga no TC com o também deputado Plauto Miró (DEM). Venceu o primeiro turno por 27 votos a 22. Outros 3 votos foram para os candidatos Tarso Cabral Violin e Paulo Roberto Drabik.

Os dois deputados que corriam ao cargo se abstiveram de votar, mas permaneceram presentes no plenário. Considerando apenas os votos em candidatos, Camargo obteve maioria. Entretanto, considerando o número de parlamentares presentes no plenário, Camargo foi escolhido exatamente pela metade dos deputados — enquanto o regimento interno do Legislativo exige a metade e mais um.

Na época, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni, considerou que Camargo obteve votos suficientes para ser eleito e declarou o deputado eleito para o cargo. Em setembro, porém, o ex-vereador

da cidade de Castro Edson Benedito Teixeira Strickert (DEM) ingressou com uma ação pedindo a anulação da eleição e a realização de um 2.º turno entre Camargo e Plauto.

A sentença do juiz Roger Oliveira considera procedente o pedido de Strickert, mas não especifica se e quando deverão ser realizadas novas eleições ou um segundo turno.

A reportagem procurou Rossoni. Por meio de sua assessoria, Rossoni informou que encaminhou a decisão ao departamento jurídico, que deve emitir na semana que vem um parecer sobre a convocação ou não de uma nova eleição para o TC. Plauto Miró preferiu não comentar o assunto.

Afastamento

Camargo já está afastado do TC, mas em função de outra decisão judicial. No último dia 27, a desembargadora Regina Portes, do Tribunal de Justiça (TJ), determinou seu afastamento em caráter liminar. Esse processo foi movido por Max Schrappe, um dos candidatos derrotados na eleição ao TC. Na ação, Schrappe alega que o conselheiro não apresentou a documentação necessária para concorrer ao pleito, além de também questionar o número de votos recebidos por Camargo.

DEFESA

Advogado de conselheiro afastado afirma que vai recorrer da decisão

O conselheiro afastado do Tribunal de Contas do Paraná (TC) Fabio Camargo deve recorrer da decisão que anula sua nomeação para o cargo. O advogado de Camargo no caso, Bernardo Fonseca, disse que ainda não teve acesso ao teor da sentença, expedida anteriormente. Mas adiantou que deve apelar ao Tribunal de Justiça (TJ) para reverter a decisão da primeira instância. Na ação, a defesa de Camargo argumentou que, como ele e Plauto Miró (DEM) se abstiveram da votação, não estavam no plenário na condição de deputados, e sim de candidatos. Logo, o número de eleitores presentes seria de 52 — e os 27 votos obtidos por Camargo seriam suficientes para elegê-lo no primeiro turno. O argumento foi rejeitado pelo juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira. **(CM)**

GAZETA DO POVO

Reajuste de taxas de cartórios vai a votação

12 DEZ 2013

IA Assembleia irá votar na semana que vem os dois polêmicos projetos enviados à Assembleia pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), Guilherme Luiz Gomes. Os projetos elevam valores pagos nos cartórios. Um deles aumenta o valor máximo que pode ser cobrado pela taxa do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário (Funrejus). Atualmente, o teto é R\$ 817,80, que equivale a 0,2% de um imóvel de R\$ 409 mil. Atualmente, qualquer negociação acima disso paga os mesmos R\$ 817,80. Com a mudança, o teto passará para R\$ 1.822,88. Isso corresponde a 0,2% de um imóvel negociado por R\$ 911 mil. Já a outra proposta aumenta em 11,45% as custas cobradas nos cartórios. Pelo projeto, o valor de referência de custas (VRC) — utilizado como base para determinar o valor de cada serviço — passa de R\$ 0,141 para R\$ 0,157 a partir de 1.º de janeiro. O texto ainda permite que o presidente do TJ passe a reajustar as taxas anualmente com base na inflação. A medida seria feita por meio de decreto, sem necessidade de análise por parte do Legislativo. Os projetos serão votados em regime de comissão-geral. (ELG)



Gomes, presidente do TJ.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Governo agenda “tratoração” na Assembleia

Dez projetos, a maioria do Executivo, serão votados na segunda-feira a toque de caixa, atropelando o trâmite normal. No total, pauta terá votação recorde de 63 propostas

Euclides Lucas Garcia

Local que, na teoria, é o espaço reservado para o amplo debate em torno das políticas públicas estaduais, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) vai trabalhar no sentido completamente oposto na próxima segunda-feira. Por meio do mecanismo chamado comissão geral, os deputados vão analisar dez projetos — a maioria deles cerca de polêmica — em várias votações num único dia, à toque de caixa e com as discussões atropeladas. No total, a ordem do dia terá o número recorde de 63 propostas para votação.

Como já tem se tornado comum nas últimas sessões do ano, o governo do estado enviou uma série de mensagens controversas à Assembleia e pediu rapidez na sua aprovação. Mais uma vez, a justificativa é que os projetos são prioritários e fundamentais para o desenvolvimento do Paraná.

Aos projetos do Executivo, somam-se propostas polêmicas do Tribunal de Justiça (TJ) — que, após idas e vindas, ficaram para ser votados na última semana antes do recesso parlamentar (veja quadro).

Várias sessões

“Vamos aprovar todos [os projetos] até o dia 18, nem que tenham que ser feitas várias sessões extraordinárias. O que for necessário fazer, nós faremos”, afirmou o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB).

O tratoração comandado pela base governista se baseia em um instrumento que só existe na Assembleia do Paraná. Ao transformarem a sessão em comissão geral, os deputados podem apresentar os pareceres das comissões diretamente no plenário, acelerando a tramitação. Aliado a isso, realizam votações sucessivas no mesmo dia e já enviam as matérias para sanção governamental.

O Projeto 726/13, por exemplo, foi lido em plenário por volta das 16h30 da última segunda-feira. A proposta cria a Fundação Estatal em Saúde (Funeas), entidade com personalidade jurídica de direito privado, por meio da qual o Executivo pretende contratar médicos sem que o estado ultrapasse os limites legais de gastos com pessoal. Já no dia seguinte, em menos de 24 horas, a matéria estava em comissão geral, apesar de a maioria dos parlamentares

nem sequer ter tido acesso ao texto. Diante da polêmica, a votação foi adiada para a próxima segunda-feira.

Para justificar essas manobras, Traiano disse que a aprovação desses projetos é fundamental para que o governo inicie 2014 “mais ajustado”. “Todo o final de ano são encaminhadas diversas mensagens para adequar algumas realidades novas que surgem ao longo do ano. Isso não é exclusivo nosso. Todos os governos fazem isso”, argumentou.

Na contramão, o líder do PT, Tadeu Veneri, classificou como “excrecência” o mecanismo de comissão geral e afirmou que os deputados não podem ser tratados como “soldadinhos de chumbo” pelo governo. “Não é um bom exemplo porque impede a livre discussão e o debate mais amplo das propostas”, criticou.

Um grupo formado na Casa para revisar o regimento interno já se decidiu pela extinção da comissão geral. A mudança, que valeria a partir de 2015, precisa ser aprovada pelo plenário.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 DEZ 2013

ATOQUE DE CAIXA

Veja os projetos que serão votados pela Assembleia em comissão geral na próxima segunda-feira:

Governo do estado

693/13 – Cria uma conta-garantia abastecida com recursos públicos, que serão usados exclusivamente para que o governo cumpra com suas obrigações financeiras em Parcerias Público-Privadas.

694/13 – Transforma a Ambiental Paraná Florestas S.A. de empresa de economia mista em autarquia.

696/13 – Autoriza o Executivo a liquidar o extinto Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), que tem um débito de R\$ 2,1 bilhões.

720/13 – Aumenta para até R\$ 2 bilhões o capital social autorizado para a Agência de Fomento do estado.

721/13 – Estabelece normas para ocupação e uso de bacias hidrográficas destinadas ao abastecimento público.

ANÁLISE

Envio de mensagens no fim do ano é estratégia, diz cientista político

Guilherme Voitch

Para o cientista político da UFPR Fabrício Tomio, esse tipo de "tratoração" praticado pelo Executivo com o Legislativo é "comum", mas não "natural". "É comum no Brasil e em outros países em que o Executivo, em virtude das regras do jogo, con-

22/13 – Regulamenta o trecho da Constituição Estadual que permite a criação de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações.

726/13 – Cria a Fundação Estatal em Saúde, entidade com personalidade jurídica de direito privado que será vinculada à Secretaria da Saúde.

Tribunal de Justiça

638/12 – Aumenta de R\$ 817,80 para R\$ 1.822,88 o valor máximo que pode ser cobrado pela taxa do Funrejus.

609/13 – Eleva em 11,45% as custas cobradas pelos cartórios no estado e permite que o presidente do TJ passe a reajustar as taxas anualmente com base na inflação.

670/13 – Estende a todos os servidores do TJ o direito à primeira progressão na carreira por antiguidade desde a entrada em vigor da Lei 16.748/2010, ao custo de R\$ 12 milhões anuais aos cofres públicos.

trola a grande parte da agenda legislativa. As mensagens enviadas no final do ano, em conjunto com os recursos institucionais, são parte da estratégia do governo para maximizar a sua capacidade de aprovação das leis." Segundo Tomio, ao enviar esses projetos perto do fim do trabalho legislativo, o Executivo consegue evitar o aprofundamento do debate e a formatação de estratégias por parte da oposição.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CELSONO CELSO NASCIMENTO

Os sem 13.º

Deve-se à iniciativa do procurador do Ministério Público de Contas Gabriel Lèger a decisão do Tribunal de Contas, anunciada ontem, de proibir a Câmara Municipal de Curitiba de pagar o 13º aos seus vereadores. Em seu parecer, Lèger demonstra que a Constituição Federal garante o 13º salário apenas aos trabalhadores urbanos e rurais e aos servidores públicos, mas exclui os agentes políticos, caso dos vereadores. Um detalhe: se o pagamento já tiver sido creditado na conta dos vereadores, ele deverá ser descontado no mês seguinte.

Dúvidas 1

O secretário Cid Vasques aguarda a última sessão do ano do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, no dia 16, para ter certeza de que continuará na Segurança Pública. Se nesta sessão não for derubada a liminar que impede o Conselho Superior do Ministério Público de votar a cassação de sua licença de procurador do MP, Vasques

poderá se manter no cargo por mais tempo. Mas caso a liminar seja suspensa, já no dia seguinte, 17, a também última sessão do ano do Conselho do MP poderá decidir sua sorte – independentemente do fato de o governador já ter requerido ao Ministério Público a prorrogação da licença por mais um ano.

Dúvidas 2

Aprovado em segunda discussão pela Assembleia o projeto pelo qual o governo estadual pretende tornar para si 70% dos depósitos judiciais administrados pelo Tribunal de Justiça. Lei federal, no entanto, estabelece que o limite máximo é de 40%. Se sancionada, a lei estadual poderá ser questionada por inconstitucionalidade. Como a reserva legal de 60% dos depósitos é para proteger credores do estado e também porque o Poder Judiciário obrigatoriamente deveria ser signatário do projeto, a OAB-PR já estuda recorrer ao CNJ e ao STF para barrar a lei.

NOTA POLÍTICA

Erramos

Diferentemente do informado ontem, o novo presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, desembargador Edson Vidal, sucederá ao desembargador Rogério Coelho e não ao desembargador Rogério Kanayama.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Reinaldo
Bessa**



O ministro Luís Roberto Barroso (à dir.), do STF, recebeu o título Doutor Honoris Causa da UniBrasil na última sexta-feira, no Ministério Público do Paraná. A homenagem foi entregue pelo diretor-geral da instituição de ensino, Sergio Ferraz de Lima.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

Policia

fazia a segurança de “mansão-cassino”

Depoimentos
apontam que
investigador detido
seria homem de
confiança do ex-
delegado-geral
Marcus Vinícius
Michelotto

Felippe Aníbal e Diego Ribeiro

Um dos investigadores presos temporariamente na terça-feira é apontado como responsável pela segurança da chamada “mansão-cassino”, um casarão localizado no bairro Parolin, em Curitiba, onde se exploravam jogos de azar supostamente com a conivência da polícia. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, agentes que invadiram a casa de jogos em janeiro do ano passado afirmaram que o policial detido chegou a tentar impedir a ação, mencionando o nome do então delegado-geral Marcus Vinícius Michelotto, que comandava a Polícia Civil do Paraná. Michelotto também está preso temporariamente, a partir da operação deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para coibir o jogo ilegal.

“Estouramos a ‘mansão-cassino’ e encontramos este policial na porta interna. A primeira coisa que ele falou foi: ‘parem, esta casa é do Michelotto’”, disse o policial, uma das testemunhas do

Gaeco. “Ele estava com uma viatura descaracterizada na casa. Como tinha o controle do portão, conseguiu fugir”, relatou outro agente.

Pouco depois, um dos policiais recebeu uma ligação telefônica, em que foi ameaçado de morte. O investigador detido trabalhou diretamente com Michelotto em pelo menos duas delegacias. De acordo com os agentes, ele se apresentava como “compadre” e “homem de confiança” do ex-delegado-geral. “Era ele quem fazia a segurança [do cassino] e quem fazia a coleta [dinheiro] de forma segura”, apontou um dos policiais. Os agentes que participaram da invasão à “mansão-cassino” depuseram formalmente no Gaeco.

Outro lado

O advogado Rodrigo Sánchez Rios, que compõe a defesa de Michelotto, refuta qualquer relação do ex-delegado-geral com o investigador preso e com a “mansão-cassino”. O defensor ressalta que, em outra investigação, o delegado foi ouvido pelo Gaeco e deixou claro aos promotores que não mantinha vínculos com a casa de jogos e com o policial em questão.

GAZETA DO POVO

Delegado indicia freiras por tortura contra crianças

12 DEZ 2013

¶ A Polícia Civil de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, indiciou duas freiras por crime de tortura contra crianças. As religiosas foram denunciadas em 2011 por funcionários da Casa Francisclara, que atualmente abriga 26 crianças de até 12 anos retiradas das famílias pela Justiça. De acordo com as denúncias, os menores abrigados sofriam maus-tratos. No início da semana, o inquérito foi concluído e encaminhado ao Ministério Público, que pode ou não aceitar a denúncia. As freiras pertencem à Congregação das Irmãs Franciscanas Estigmatinas e não estão mais na instituição. A Província Franciscana no Brasil e a Associação das Irmãs Franciscanas Estigmatinas foram procuradas pela reportagem, mas não atenderam às ligações.

Segundo o delegado responsável pelo caso, foram dois anos de investigação. Funcionários, ex-funcionários, acusadas e vítimas foram ouvidas. Uma das vítimas, hoje com 9 anos, relatou a polícia sobre os maus-tratos praticados por uma das religiosas. "Temos um vídeo que mostra essa menina, na época com cinco anos, presa num banheiro. Ela tinha sinais de agressão em um dos olhos", relata.

De acordo com as investigações, uma das irmãs praticava a tortura e a outra sabia da violência, mas se omitia. A freira aplicava castigos severos, batia e trancava-os em lugares pequenos e sem ventilação por grande período de tempo. A religiosa também é acusada de colocar pimenta na boca das crianças que se recusavam a comer.

GAZETA DO POVO

» VIAGENS

MP denuncia vereador de Pontal por fraude com diárias

12 DEZ 2013

O Ministério Público Estadual (MP) ajuizou sete ações de improbidade administrativa contra o vereador e ex-presidente da Câmara de Pontal do Paraná Valdevino Simões Périco (PR) e outros seis ex-parlamentares do município, no Litoral do estado. De acordo com o MP, houve irregularidades no recebimento dos valores de diárias que custeariam viagens promovidas para que eles participassem de cursos. Segundo o Ministério Público, esses cursos eram falsos. Em nota, o MP informou que, em alguns casos, as datas das supostas viagens e aulas coincidiam com sessões plenárias da Câmara em que os parlamentares estiveram presentes.

O desvio de dinheiro, segundo cálculos do MP, varia de R\$ 19 mil a mais de R\$ 150 mil dependendo do vereador. A estimativa é que a suposta fraude, com correção monetária, ultrapasse R\$ 1 milhão.

Segundo o MP, o caso de Valdevino se diferencia dos demais por que ele pagaria diárias para funcionários comissionados da Câmara que, posteriormente, repassavam ao menos parte do valor para o vereador.

Valdevino foi procurado pela reportagem para comentar a acusação do MP, mas não foi encontrado em seu gabinete da Câmara. O vereador está em seu terceiro mandato e foi pré-candidato à prefeitura de Pontal do Paraná em 2012.

R\$ **1** MILHÃO

é a estimativa do montante desviado pelo vereador e por outros seis ex-vereadores de Pontal do Paraná.

12 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

STJ reduz pena de pilotos envolvidos no acidente da Gol

| A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reduziu ontem a pena imposta aos pilotos do jato Legacy, envolvido no acidente com o avião da Gol, que resultou na morte de 154 pessoas, em 2006. Na decisão, a ministra aceitou o recurso dos pilotos Joseph Lepore e Paul Paladino e reduziu as penas de três anos, um mês e dez dias para dois anos e quatro meses de detenção, em regime aberto, pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo. A defesa argumentou que a pena fora injustamente aumentada por considerar duas vezes a mesma situação agravante. Apesar da decisão favorável, os pilotos, que moram nos EUA, não chegaram a cumprir um único dia de detenção.

Aprovado, vale-alimentação do TC pode custar R\$ 6,5 mi ao ano

| A Assembleia Legislativa aprovou ontem, em primeira discussão, projeto que institui auxílio-alimentação a todos os 747 funcionários na ativa – efetivos e comissionados – do Tribunal de Contas do Paraná (TC). O benefício terá valor mensal de R\$ 710 e será pago em relação a 22 dias úteis por mês. Com isso, cada funcionário poderá gastar até R\$ 32,28 por dia para se alimentar. No total, a estimativa é que a medida custe R\$ 6,5 milhões anuais aos cofres públicos.

CONDUTA IMPRÓPRIA

MP pede investigação do juiz que conduziu prisões dos mensaleiros

| O Ministério Público (MP) pediu à corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal que seja investigada a conduta do juiz titular da Vara de Execuções Penais de Brasília, Ademar de Vasconcelos. De acordo com o MP-DF, Vasconcelos, que atuou nas primeiras prisões do processo do mensalão, descumpriu a Lei de Execuções Penais, a

Lei Orgânica da Magistratura e o Código de Ética da Magistratura no período em que conduziu as detenções dos condenados. Ele é acusado de ter colocado em risco a saúde do ex-presidente do PT José Genoíno; de ter dado tratamento diferenciado aos presos do mensalão; e de ter concedido entrevista dizendo que as prisões do mensalão não eram positivas para o país. A conduta do juiz, para o MP-DF, ameaçou a ordem e a segurança do sistema carcerário do Distrito Federal.

R\$ 8,5 MILHÕES

É quanto recomendou o Ministério Público, ontem, para a remuneração da consultoria Deloitte na administração judicial da OGX. O valor reduz em 66% os R\$ 25 milhões (ou 0,22% da dívida da petroleira) pedidos inicialmente pela consultoria. Os promotores recomendaram também que os credores da petroleira sejam ouvidos pela Justiça sobre a nomeação e a remuneração da Deloitte antes que a consultoria seja confirmada para o trabalho. A consultoria também cuidará da recuperação da OSX, trabalho para o qual pediu R\$ 18 milhões para realizar – ainda sem contestações. Também ontem a LLX, ex-empresa de logística de Eika Batista vendida ao grupo americano EIG, anunciou o seu novo nome – Prumo – em clara intenção de se afastar da imagem desastrosa de seu ex-dono.

GAZETA DO POVO

Responsabilização individual e punições inócuas

Na prática, o que a punição à Fanáticos faz é manter afastados dos estádios meros pedaços de pano. Punir individualmente quem causa tumultos é a única maneira eficaz de conter os brigões

Em uma tentativa de colocar ordem nas arquibancadas dos estádios do Paraná, o Ministério Público puniu a torcida organizada Os Fanáticos, do Atlético Paranaense, e proibiu a facção de comparecer aos jogos do time até 10 de junho de 2014. Louve-se a iniciativa do MP de agir para conter a selvageria nos estádios, mas a maneira encontrada, um recurso à responsabilização coletiva, está muito longe daquilo que verdadeiramente tornaria as partidas de futebol um ambiente mais seguro: a responsabilização individual.

Os próprios membros da Fanáticos já anteciparam, na edição de ontem da Gazeta do Povo, que a punição fará pouquíssima diferença. “Se proibirem a torcida, se extinguirem a torcida, não dá nada. Sou sócio do clube, vou lá ficar no meu lugar e vou cantar para o meu time”, disse o ex-vereador Julião Sobota, que voltará ao comando da Fanáticos no ano que vem. Assim como ele, vários outros integrantes da organizada seguirão comparecendo aos jogos, seja na qualidade de sócios-torcedores, seja comprando ingressos avulsos. Claro que entre essas pessoas há muita gente preocupada única e exclusivamente em incentivar seu time e que abomina a violência, mas também os brigões (inclusive os que participaram da barbárie de domingo passado, em Joinville) terão a possibilidade de frequentar as partidas e causar futuras confusões.

E, ainda que a punição efetivamente impedisse os membros da Fanáticos de comparecer às partidas, mesmo assim não haveria garantia nenhuma de que a violência relacionada ao futebol estaria contida. Como lembramos no editorial de segunda-feira, cada vez mais as organizadas estão se enfrentando (e até marcando confrontos pela internet) em locais distantes dos estádios. Recorde-se, por exemplo, a briga entre corintianos e palmeirenses em uma estação de metrô paulistana em 2005, que deixou um morto e cinco feridos. O torcedor baleado e morto na ocasião era integrante da Mancha Alverde, facção que foi criada após a dissolução da Mancha Verde, por ordem judicial, em 1995. Os torcedores do grupo extinto simplesmente se reorganizaram em uma nova facção, dois anos depois, o que também mostra como acabam inócuas as medidas direcionadas aos grupos, e não às pessoas.

Novamente bate-se na mesma tecla: é a impunidade que alimenta a irracionalidade nos estádios. Como também dissemos na segunda-feira, é inaceitável que, na época das redes sociais e das imagens de alta resolução (e a briga em Joinville foi filmada e fotografada à exaustão), os participantes da selvageria não sejam identificados pelas forças de segurança. Logo após a briga, apenas três vascaínos foram presos. A Polícia Civil catarinense criou uma conta de e-mail para receber denúncias que permitam identificar mais brigões, e o delegado Dirceu Silveira Júnior disse à imprensa que, até ontem, 20 torcedores do Vasco e do Atlético envolvidos na briga já tinham sido identificados.

A responsabilização individual é a única maneira eficaz de manter os brigões afastados dos estádios. É preciso identificar e punir os bárbaros com base no Estatuto do Torcedor, não apenas impedindo que frequentem as partidas, mas também ordenando que se apresentem à Justiça ou à polícia nos dias de jogos. Quanto aos responsáveis por agressões graves nos estádios ou por brigas longe deles, que sejam devidamente punidos de acordo com o que prevê o Código Penal.

Na prática, o que a punição à Fanáticos faz é manter afastados dos estádios meros pedaços de pano — faixas, bandeiras e camisetas que remetam à organizada. E, como bem sabemos, pedaços de pano não espancam pessoas. Pessoas é que espancam outras pessoas. E essas seguem impunes, com raras exceções. Quando se passar a levar a sério a necessidade de punir cada um dos brigões, as torcidas organizadas, purgadas dos maus elementos, poderão deixar de ser um fator que afasta dos estádios os demais torcedores e suas famílias.

12 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Polêmica jurídica. Ontem, 22 dos 25 desembargadores do Órgão Especial acataram os argumentos da Fiesp e do PSDB, que argumentam que o aumento foi aprovado de forma irregular na Câmara e é abusivo; boletos com os valores devem ser emitidos até o dia 28

Justiça suspende aumento do IPTU; Prefeitura deve ir ao Supremo

Luciano Bottini Filho

Faltando 17 dias para a emissão dos boletos, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) suspendeu a lei que previa reajuste de até 35% no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2014 na capital, proposto pela gestão Fernando Haddad. A decisão é liminar. Por se tratar de matéria constitucional, a Prefeitura deverá apresentar recurso no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Se não conseguir reverter a decisão, a administração só poderá cobrar dos contribuintes paulistanos, por decreto, a correção monetária, que deverá ficar em torno de 6%.

Ontem, 22 dos 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJ decidiram a favor dos argumentos de duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) movidas separadamente pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e pelo PSDB. Alega-se que houve quebra do regimento da Câmara Municipal. O projeto foi aprovado às 23h39 de 29 de outubro, sem que estivesse inicialmente na pauta da sessão. Além disso,

PSDB e Fiesp afirmam que o aumento de até 20% para residências e de até 35% para o comércio é abusivo, acima da capacidade contributiva dos proprietários.

Em primeira instância, o juiz Emilio Migliano Neto, da 7.^a Vara da Fazenda Pública, já havia barrado o aumento, no dia 5 de novembro, com base na mesma justificativa. Mas a Prefeitura recorreu ao presidente do TJ, Ivan Sartori, que concedeu liminar ao Executivo.

Inconstitucionalidade. Ontem, o Órgão Especial decidiu suspender o reajuste de forma liminar, até que o mérito da ação seja julgado, o que só deve ocorrer no próximo ano. O relator da ação, desembargador Péricles Piza, entendeu que há indícios de que a lei que reajusta o imposto é inconstitucional.

Dessa forma, o contribuinte poderia ser lesado se os carnês fossem emitidos com o aumento. Nesse caso, os paulistanos teriam de ir à Justiça para receber o que pagaram a mais. Caso a administração municipal demonstre que não há equívocos, pode reaver a diferença a qualquer tempo. “A Prefeitura não ficará com os recursos inaltera-

dos entre os exercícios de 2013 e 2014, mas auferirá o mesmo ajuste habitual dos últimos anos”, disse Piza.

Considerando dados da Procuradoria-Geral do Município, os desembargadores observaram que, mesmo sem o reajuste, o acréscimo de receita com IPTU pode chegar a 8% em 2014 – cerca de R\$ 400 milhões. Com a lei, e apesar das novas isenções, a Prefeitura esperava aumentar a arrecadação em R\$ 800 milhões, alcançando R\$ 1,2 bilhão com o imposto. Caso a decisão do TJ seja mantida, a expectativa é de que a gestão Haddad tenha de mudar a previsão orçamentária.

A política fiscal de Haddad foi criticada pelo desembargador José Damião Cogan, que afirmou que nem todos tiveram ganhos com a inflação dos imóveis. “E quem não vendeu o imóvel? Na transmissão do imóvel ele vai pagar o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) proporcional à valorização. E se houver desvalorização do imóvel, o IPTU vai baixar?”

Um dos três desembargadores contra a suspensão, Gonzaga Franceschini fez menção de pedir vista, mas optou pelo voto contrário. A Prefeitura não pôde se pronunciar em plenário.

CONTINUA

12 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

PERGUNTAS & RESPOSTAS

CONTINUAÇÃO

Repercussão. A sessão foi acompanhada de perto por representantes da Fiesp. O presidente da Federação, Paulo Skaf, pré-candidato ao governo do Estado pelo PMDB, defendeu o veto à lei, apesar da bancada do partido ter votado a favor. Ele alegou “independência”.

Em 2009, quando um reajuste maior foi aprovado na gestão Gilberto Kassab (PSD), iniciativa semelhante da Fiesp não prosperou. “São momentos diferentes. Em 2009, havia um período de oito anos sem aumento, que justificaria uma defasagem maior, somada à alta no mercado imobiliário”, diz Skaf.

PARA ENTENDER

MP entrou com ação diferente

Uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) é um instrumento proposto por um governante, partido ou entidade de classe a um órgão colegiado da Justiça (os Tribunais de Justiça dos Estados ou o Supremo Tribunal Federal) para questionar uma lei que fere a Constituição. No caso do IPTU, o pedido foi feito ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), para avaliação de 25 desembargadores, porque a lei municipal estava em conflito com a Constituição. No mês passado, o Ministério Público Estadual havia proposto uma ação civil pública contra o reajuste à primeira instância. Uma liminar barrou o aumento, mas ela foi derrubada pelo TJ-SP.

Sem a lei, vale só a inflação

1. Se a lei que reajustou o IPTU permanecer suspensa, quanto a população vai pagar de aumento?

O aumento será feito com base na correção da inflação do ano, prevista para ficar em torno de 6%.

2. Até quando a decisão final deve sair para que haja tempo de enviar os boletos aos contribuintes?

É preciso haver uma decisão até o dia 28. A partir desse prazo, a Prefeitura deve começar a imprimir os boletos de cobrança. A próxima reunião dos desembargadores está marcada para fevereiro.

3. O que acontece se a lei for considerada válida?

A Prefeitura poderá cobrar as diferenças em um carnê complementar ou incluir nos boletos de 2015 o que deixou de ser aplicado.

4. É melhor pagar o imposto à vista ou esperar uma decisão final?

Segundo especialistas, não há diferença, mas quem atrasar estará sujeito à multa. Caso o aumento maior ocorra, o contribuinte terá 30 dias para fazer o pagamento após a nova cobrança.

12 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Promotoria pede apuração de conduta de juiz

Mariângela Galucci | BRASÍLIA

O Ministério Público do Distrito Federal encaminhou ao Tribunal de Justiça um pedido de investigação da conduta do juiz da Vara de Execuções Penais Ademar Silva de Vasconcelos nas prisões dos condenados no julgamento do mensalão.

Na avaliação de promotores, há indícios de que, durante a execução das prisões, Vasconcelos pode ter descumprido algumas normas, como a Lei Orgânica da Magistratura. Um dos fatos citados foi uma entrevista na qual o juiz disse que as prisões dos condenados “são penas inócuas porque eles já foram punidos publicamente”.

O magistrado também é suspeito de ter dado tratamento diferenciado aos presos do mensalão, permitindo visitas em dias fora do período determinado.

Ele ainda poderá responder pela acusação de ter colocado em risco a saúde do ex-deputado José Genoino (PT), que reclamou de problemas cardíacos mas foi mantido na penitenciária durante quase uma semana. Atualmente Genoino está em prisão domiciliar.

A Corregedoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal vai analisar o pedido do Ministério Público.

Presidente do Supremo Tribunal Federal e relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa demonstrou insatisfação na época em que Vasconcelos comandava a execução das penas dos mensaleiros.

Posteriormente, a responsabilidade pelo trabalho de execução passou para o juiz substituído Bruno André Silva Ribeiro.

De acordo com a assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça, o pedido do Ministério Público tramitará com base em uma resolução do órgão de controle externo do Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça, que regulamenta os procedimentos administrativos disciplinares contra magistrados. Essa resolução estabelece as formas de punição para juizes com desvio de conduta, que incluem advertência, aposentadoria compulsória e demissão.

O Estado não conseguiu contato ontem com o juiz Ademar Vasconcelos. A assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça confirmou a existência do pedido. Procurado por meio de sua assessoria, o Ministério Público do Distrito Federal disse que não se manifestaria.

12 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça reduz pena dos pilotos do Legacy

Acusados na tragédia da Gol, em 2006, têm detenção definida agora em 2 anos e 4 meses; eles se encontram nos Estados Unidos

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reduziu ontem a pena imposta aos pilotos do jato Legacy, envolvidos no acidente com o avião da Gol, em 2006, que resultou na morte de 154 pessoas. Na decisão, a ministra aceitou o recurso dos pilotos Joseph Lepore e Paul Paladino e reduziu as penas de 3 anos, 1 mês e 10 dias para 2 anos e 4 meses de detenção, em regime aberto, por atentado contra a segurança do transporte aéreo.

No momento do acidente, os sistemas anticollisão do Legacy, como transponder e TCAS, estavam desligados. Os pilotos, segundo as investigações, descuidaram-se das checagens dos equipamentos da aeronave por cerca de uma hora e não detectaram a aproximação do Boeing, que seguia de Manaus para o Rio, com escala em Brasília. A Justiça Federal concordou com a tese da Justiça de 1.º grau de que houve negligência e imprudência dos pilotos, cujo ato produziu resultado catastrófico. No entanto, a tese de dolo, quando há intenção, foi afastada.

Na sequência, definiu-se que a pena seria cumprida em regime aberto. Os condenados poderiam trabalhar, mas deveriam se apresentar periodicamente à Justiça, pedir permissão para se deslocar para o exterior e participar de eventos públicos, além de cumprir uma série de outras exigências. A medida não tinha efeito prático, porém, porque os pilotos se encontram nos Estados Unidos.

Outra decisão. Em outubro do ano passado, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região (TRF-1) já havia decidido reduzir a pena aplicada aos dois. A condenação inicial era de 4 anos e 4 meses. A medida revoltou as famílias das vítimas. Em abril deste ano, o Ministério Público Federal entrou com ação no STJ para ampliar a pena.

No caso levado ontem ao STJ pela defesa, os advogados dos pilotos argumentaram que a pena fora injustamente aumentada - por considerar duas vezes a mesma situação agravante. O ponto mencionado é de que a pena por homicídio culposo pode ser aumentada em até um terço quando o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão. Segundo a defesa, a violação de deveres técnico-profissionais já havia sido considerada para caracterizar a culpa no acidente e, por isso, não poderia servir também para justificar o aumento da pena.

Os pilotos disseram ainda que lhes fora negado pela Justiça Federal o direito à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Quanto à negativa da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, a relatora no STJ entendeu que o tribunal regional, em razão das circunstâncias judiciais desfavoráveis, agiu dentro da mais absoluta legalidade.

12 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Negado pedido de novo júri para casal Nardoni

A defesa do casal Alexandre Nardoni e Anna Carolina Jatobá sofreu anteontem mais uma derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), que negou um pedido para novo júri dos condenados pelo homicídio da menina Isabella em 2008. O promotor Francisco Cembranelli, que conduziu o caso, afirmou que isso “coloca um ponto final na discussão”. O advogado dos réus, Roberto Podval, vai recorrer ao Tribunal Pleno do STF.

Justiça anula eleição de Camargo no Tribunal de Contas

Ex-deputado foi eleito com 27 votos, mas era preciso ter 28

Uma nova decisão contra o ex-deputado Fábio Camargo anulou a eleição dele para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC) do Paraná. A medida foi tomada pelo juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, na terça-feira (10). Ainda cabe recurso.

O magistrado Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira acatou o pedido de uma ação civil pública, que questiona o processo da Assembleia Legislativa na escolha de Fábio Camargo. O autor



Fábio Camargo teve eleição questionada por ação pública

do processo coloca em dúvida se houve ou não maioria de votos a favor do ex-deputado, conforme prevê o Regimento

Interno da Assembleia.

No dia da votação, em julho, todos os 54 deputados estaduais, incluindo Camargo e Plauto Miró

(DEM) – que eram candidatos ao cargo – estavam presentes na sessão em que houve a escolha. Camargo foi eleito com 27 votos favoráveis, ou seja, a metade dos deputados presentes. O Regimento Interno prevê que o candidato escolhido precisa ter a metade mais um dos votos dos deputados que comparecerem à sessão.

Conforme a Assembleia, Camargo e Miró se abstiveram de votar, embora tivessem o direito de participar da escolha, mesmo sendo candidatos.

METRO Camargo. Nova decisão anula eleição do TCE

Uma nova decisão judicial, agora de primeira instância, anulou a eleição para o TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná), que escolheu Fábio Camargo. O juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira aceitou um pedido do vereador de Castro, Edson Benedito Teixeira Strickert (DEM). Camargo já está afastado do cargo por uma liminar expedida no TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná).

METRO CURITIBA



Ação contra ex-conselheiro foi movida por vereador SANDRO N. / ALEP

12 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

TRIBUNAL DE CONTAS

Justiça anula eleição de Camargo

A Justiça Estadual determinou, em primeira instância, a anulação da eleição de Fábio Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR). A decisão, do juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira, considera que o número de votos recebidos pelo então deputado era insuficiente para uma vitória em primeiro turno e, portanto, sua nomeação seria ilegal. Ainda cabe recurso da decisão.

No dia 15 de julho, Camargo, na época deputado, disputou a vaga com o também deputado Plauto Miró (DEM), e venceu o primeiro turno por 27 votos a 22. Outros 3 votos foram para os candidatos Tarso Cabral Violin e Paulo Roberto Drabik. Os dois deputados votaram em branco, após acordo. Considerando apenas os votos em candidatos, Camargo teve a maioria. Entretanto, se considerados os votos em branco, ele recebeu o apoio de exatamente metade dos presentes enquanto o regimento exige metade mais um.

Na época, o presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), considerou que Camargo obteve votos suficientes para ser eleito. Entretanto, o vereador de Castro Edson Teixeira Strickert (DEM) ingressou com ação popular pedindo a anulação da nomeação e realização do segundo turno. A sentença considera procedente o pedido, mas não especifica se deverão ser realizadas novas eleições ou um novo segundo turno.

Através de sua assessoria, Rossoni informou que encaminhou a decisão a sua assessoria jurídica, que deve formular um parecer sobre o assunto. A decisão, com base neste parecer, será tomada na semana que vem. Já Miró preferiu não comentar o assunto.

12 DEZ 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Policial complica ex-delegado-geral

Um dos investigadores presos temporariamente na terça-feira é apontado como responsável por ter mantido a segurança da chamada “mansão-cassino”, um casarão localizado no bairro Parolin, em Curitiba, onde se exploravam jogos de azar com a conivência da polícia. Em entrevista à *Gazeta do Povo*, agentes que estouraram a casa de jogos em janeiro do ano passado apontaram que o policial detido chegou a tentar impedir a ação, mencionando o nome do então delegado-geral Marcus Vinícius Michelotto.

Michelotto também está preso temporariamente, a partir da operação deflagrada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco).

“Estouramos a ‘mansão-cassino’ e encontramos este policial na porta interna. A primeira coisa que ele falou foi: ‘parem, esta casa é do Michelotto’”, disse o policial, testemunha do Gaeco. “Ele estava com uma viatura descaracterizada na casa. Como tinha o controle do portão, conseguiu fugir”, relatou outro agente. Pouco depois, um dos policiais recebeu uma ligação telefônica, em que foi ameaçado de morte. O investigador detido trabalhou diretamente com Michelotto em pelo menos duas delegacias. De acordo com os agentes, ele se apresentava como “compadre” e “homem de confiança” do ex-delegado-geral.

DEFESA

O advogado Rodrigo Sánchez Rios, que compõe a defesa de Michelotto, refuta qualquer relação do ex-delegado-geral com o investigador preso e com a “mansão-cassino”. O defensor ressalta que, em outra investigação, o delegado foi ouvido pelo Gaeco e deixou claro que não mantinha vínculos com a casa de jogos e com o policial em questão.

“O que é preocupante é que, para o Gaeco, a palavra dos policiais que são desafetos do doutor Michelotto está sendo aceita incondicionalmente, enquanto não está sendo dado nenhum crédito ao doutor Michelotto. Que provas eles têm do envolvimento? Nenhuma”.

Sánchez Rios afirma que foram cometidos excessos no cumprimento do mandado de prisão, que denotam perseguição pessoal a Michelotto.

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Prefeito afastado

O prefeito de Turvo, na região central do Paraná, Antônio Marcos Seguro (PSD) e o vice-prefeito, Carlos Schneider (PSDB), foram afastados do cargo na terça-feira (10), após decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Os dois são suspeitos de compra de votos nas eleições de 2012. Até ocorrer a posse de um novo prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores, Aroldo Correa de Mattos, assume o cargo temporariamente.

12 DEZ 2013

TCE

BEMPARANÁ

Em outra ação, Justiça cancela eleição

O juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira acatou ação popular determinando a anulação da eleição do ex-deputado estadual Fábio Camargo para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. Oliveira considerou válido o argumento do vereador de Castro, Edson Benedito Teixeira Strickert (DEM), que apontou que o total de votos recebidos por Camargo – 27 contra 22 votos do deputado estadual Plauto Miró Guimarães (DEM) – não poderia garantir a ele a eleição no primeiro turno. Na ocasião, tanto Camargo quanto Plauto se abstiveram de votar. O regimento interno da Assembleia Legislativa prevê que quando nenhum candidato consegue maioria absoluta de 28 votos, é necessária a realização de um segundo turno.

No último dia 27, em outra ação a desembargadora Regina Afonso Portes, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), já havia determinado o afastamento de Camargo do cargo de conselheiro do TCE, acatando mandado de segurança apresentado pelo empresário Max Schrappe, que também disputou a vaga. Nesse caso, além da falta de quórum mínimo, a magistrada considerou que o ex-deputado não apresentou as certidões negativas de ações judiciais necessárias para a sua inscrição no processo. Camargo recorreu da decisão.

12 DEZ 2013

BEMPARANÁ

KOLBACH

Mutirão na Assembleia

Como sempre acontece na Assembleia Legislativa, a última semana de trabalho será efetivamente de bastante trabalho para os deputados estaduais. Podem entrar até 65 projetos na pauta da sessão da próxima segunda-feira. Dentre as propostas que serão analisadas, discutidas e aprovadas, em tempo recorde, estão muitas mensagens do governo. Ao longo de toda a próxima semana, os parlamentares poderão votar, por exemplo, o projeto das custas judiciais cobradas nos cartórios, o aumento do Funrejus e a proposta do governo que cria a Fundação Estatal em Saúde (Funeas), entidade com personalidade jurídica de direito privado que será vinculada à Secretaria da Saúde. Outros projetos que demandam menos discussão também estão na pauta - como a doação de imóveis por parte do Poder Executivo. Como 2014 é ano de eleição, e algumas propostas de lei do governo podem esbarrar na legislação eleitoral, o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), quer limpar a pauta. E o tucano já mandou avisar: se não for votado tudo até quarta-feira, haverá sessão plenária até sexta-feira.

Não pega bem

Por uma questão de etiqueta, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guilherme Luiz Gomes, não irá à Assembleia Legislativa explicar pessoalmente aos parlamentares as razões para o aumento do Funrejus. O projeto do TJ será votado na segunda-feira. Para os governistas, seria muito "deselegante" levar o presidente do tribunal ao plenário. A justificativa é que duas vezes os deputados foram convidados para participar de reuniões no TJ para discutir o tema, mas poucos apareceram por lá.

JUSTIÇA

Progressão

A Assembleia Legislativa aprovou ontem projeto do Tribunal de Justiça (TJ/PR), que estende a todos os servidores do órgão o direito a progressões funcionais por antiguidade. A proposta altera lei de 2010, que implantou o Plano de Cargos e Salários do Judiciário estadual. O texto anterior previa que os servidores precisariam aguardar três anos para ter direito ao benefício. Segundo o tribunal, a medida implicará em um impacto financeiro de R\$ 961 mil em 2013, R\$ 11,9 milhões em 2014, e R\$ 12,713 milhões em 2015.

12 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Improbidade

A Promotoria de Justiça de São Miguel do Iguaçu (região Oeste) ingressou com ação contra o prefeito Claudiomiro Dutra e o vice-prefeito Mauro Luciano Remor, a secretária municipal da Saúde, Maria Elisabete de Borba, o procurador do município, Celso Rudnei Silva da Rosa, e o proprietário de duas empresas que prestam serviços de saúde na cidade, Charles Winicius Zílio. O MP-PR pede a anulação dos contratos firmados entre a prefeitura e duas empresas privadas, além da indisponibilidade dos bens dos envolvidos até o valor de R\$ 3,4 milhões. A acusação é de irregularidades na contratação, sem licitação, do Laboratório São Camilo e do CIS Centro Integrado de Saúde. Segundo o MP, as duas empresas têm como proprietário e sócio administrador majoritário o empresário Charles Zílio, presidente do PSDB municipal, mesmo partido do prefeito e do vice-prefeito. Além disso, o empresário integrou a comissão de transição de governo, junto com o procurador do município.

Vale-refeição

Os deputados estaduais aprovaram ontem projeto do Tribunal de Contas do Estado que prevê a implantação de um auxílio-alimentação para os servidores efetivos e comissionados do órgão. O valor do benefício seria de R\$ 710,00 mensais por servidor. O impacto financeiro da medida é de R\$ 6,5 milhões ao ano. O TCE alega que a proposta visa garantir autonomia aos funcionários do tribunal, já que os servidores do Judiciário, Legislativo e do Ministério Público já recebem esse auxílio.

EM BAIXA



O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (STJ) decidiu reduzir as penas dos pilotos norte-americanos Joseph Lepore e Jan Paladino, condenados pelo acidente entre o jato Legacy, da empresa Excelaire, e o Boeing da Gol, que provocou a morte de 154 pessoas, em 2006.

12 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Entra em vigor Resolução do CNJ que regula criação de cargos e unidades no Judiciário

As regras para a criação de novas unidades judiciárias e para a criação de cargos ou funções no Poder Judiciário entraram em vigor na última segunda-feira (9/12). Foi publicada nessa data a Resolução n. 184/2013, que regulamenta a emissão, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de pareceres contra ou a favor dos anteprojetos de lei de ampliação de estrutura elaborados pela Justiça da União. O texto foi aprovado por unanimidade na 180ª Sessão Ordinária, que ocorreu no último dia 2 de dezembro.

A resolução foi apresentada pela conselheira Maria Cristina Peduzzi, presidente da Comissão Permanente de Gestão

Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ. É aplicável ao Poder Judiciário Federal, mas considera as especificidades da Justiça Eleitoral, Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal (CJF) e Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), dispondo que, em relação a estes, será aplicada, no que couber. Também no que couber será aplicada aos Tribunais de Justiça dos estados, embora as propostas legislativas tramitem nas assembleias legislativas das unidades da federação às quais atendem. Pela norma, essas Cortes devem encaminhar cópia de seus anteprojetos de lei ao CNJ, que elaborará nota técnica se assim julgar necessário.

TRT-PR

Desembargadora Eneida Cornel toma posse como presidente da 5ª Turma.

Em sessão realizada na manhã desta quarta-feira, a desembargadora Eneida Cornel tomou posse como presidente da 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná.

Também integram a 5ª Turma os desembargadores Marco Antônio Vianna Mansur, Arion Mazurkovic e Archimedes Castro Campos Junior.

STJ reduz pena dos pilotos do Legacy envolvido no acidente com avião da Gol

A ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), reformou acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e reduziu as penas impostas a Joseph Lepore e Jan Paul Paladino, pilotos do jato Embraer/Legacy 600 envolvido no acidente aéreo com o Boeing 737-800 da Gol, que resultou na morte de 154 pessoas em 29 de setembro de 2006.

Em decisão monocrática, a ministra acolheu recurso interposto pelos pilotos e reduziu as penas de três anos, um mês e dez dias para dois anos e quatro meses de detenção, em regime aberto, pelo crime de atentado contra a segurança do transporte aéreo.

Os pilotos sustentaram que houve aplicação indevida da causa de aumento de pena prevista no parágrafo 4º do artigo 121 do Código Penal e que lhes foi negado o direito à substituição da pena privativa de liberdade.

O parágrafo mencionado pelos recorrentes diz que a pena por homicídio culposo pode ser aumentada em um terço.